Zé Nunes integra campanha de assinaturas por PL para anular venda de ações do Banrisul

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Banrisul Público, Zé Nunesparticipa ativamente do processo de coleta de pelo menos 70 mil assinaturas para o encaminhamento de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) à Assembleia Legislativa para anular a venda de ações do Banrisul, anunciada pelo governo estadual no dia 4 de outubro e deflagrada nesta segunda-feira (13). A campanha em torno do PLIP foi lançada no último sábado (11) pelo SindBancários e da Fetrafi-RS, durante assembleia nacional dos banrisulenses em Porto Alegre. O projeto acrescenta dois parágrafos ao Artigo 22 da Constituição Estadual para garantir que o Estado seja proprietário de 51% de todas as ações. O documento para a coleta de assinaturas está disponível no endereço eletrônico bit.ly/2ztvgBj para ser impresso para coleta de assinaturas e encaminhado à Federação dos Bancários do RS e Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.



O que precisa para assinar o PLIP:

ORIENTAÇÕES SOBRE A CAMPANHA

Nome completo

- Número do título de eleitor Seção
- Zona eleitoral
- Endereço completo
- Assinatura

O Sindicato irá colocar à disposição da população e dos Banrisulen

Orientações do Sindicato:

- ses uma tenda móvel para coletar assinaturas e para distribuir fichas. Qualquer pessoa pode solicitar ao Sindicato fichas de inscrição.
- Para imprimir a ficha de assinaturas, digite o endereço
- bit.ly/2ztvgBj no navegador de sua preferência



R\$ 1,5 milhão à pesca artesanal para o chefe da Casa Civil O deputado Zé Nunes reuniu-se nesta terçafeira (07) com o chefe da Casa Civil do governo

estadual, Fábio Branco, para entregar proposta de sua autoria que prevê emenda ao orçamento do estado de 2018 de R\$ 1,5 milhão para o desenvolvimento da aquicultura familiar e da pesca. A emenda atende uma reivindicação dos pescadores artesanais e é destinada, prioritariamente, ao estudo e monitoramento da pesca do bagre no RS. LEITE



no final de novembro As Frentes Parlamentares em Defesa da

Conclusão da Duplicação da BR - 116 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara dos Deputados reúnem-se no dia 27 de novembro para avaliar os movimentos realizados em 2017 e o planejar ações para 2018. Coordenadas respectivamente pelo deputado estadual Zé Nunes (PT) e Afonso Hamm (PP), as frentes parlamentares capitanearam ações e agendas que resultaram na destinação de R\$ 80 milhões por meio de emenda impositiva de bancada ao Orçamento Geral da União 2018, entre outras conquistas.

Governo deve rever importações ou assumir falência do setor, afirma Zé Nunes

"É urgente e necessário que o governo federal revise a questão do leite nos acordos do Mercosul ou

que assuma a responsabilidade pela fragilização e possível liquidação da atividade leiteira no país, especialmente nos estados da região sul", adverte zÉ Nunes, referindo-se ao desbloqueio da importação de produtos lácteos do Uruguai anunciado na última segunda-feira (06) pelo Ministério da Agricultura.A suspensão vigorava desde o dia 10 de outubro, quando o MAPA comprometeu-se a investigar suspeitas de triangulação na importação. A interrupção das compras do Uruguai atendeu demanda do setor, defendida junto ao governo federal pelo deputado Zé Nunes e por representantes da cadeia leiteira do RS, que realizaram um périplo por ministérios de Brasília no início do outubro. Zé Nunes afirma que a cadeia leiteira do RS AGRICULTURA FAMILIAR



dência das importações para o consumo interno seria, na opinião do parlamentar, um contrassenso e um risco, já que o preço do leite importado, hoje inferior ao nacional, sofrerá reajustes em todo o país quando a concorrência local for eliminada. Zé Nunes propõe crédito especial para compra de terras

Zé Nunes propôs, na quin-

Agricultura Familiar ta-feira (09), a criação de um Grupo de Trabalho para deve ter tratamento e

elaborar uma proposta de crédito fundiário com juros subsidiados pelo governo e prazos favorecidos para a compra de terras para a agricultura familiar, além da retomada do projeto de reforma agrária em terras pouco ou mal utilizadas. Ele apresentou as sugestões durante audiencia publica na

Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo para debater o teto de financiamento da renda e do limite patrimonial do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a possibilidade da implantação de uma linha de crédito específica para o RS.

O parlamentar salientou que a aquisição de oito ou dez hectares faz toda a diferença para a permanência dos jovens no campo e evita o abandono da atividade em processos de sucessão fami-



políticas específicas, porque é diferente do agronegócio. Não é possível tratar da mesma forma quem produz em 15 hectares e em 50 mil hectares. Investir na agricultura familiar não é favor, é política de desenvolvimento", acentuou Ze

liar."Nós achamos que a

Nunes, lembrando das lutas e conquistas que a agricultura familiar obteve a partir dos anos 90. "O parlamentar mencionou, em contrapartida, os cortes promovidos pelo governo de Michel Temer, em média 70% para o orçamento de 2018. Os recursos para o crédito fundiário, por exemplo, diminuíram 70% e em algumas rubricas a redução chega a 90%. "O atual governo demonstra inclinação de não olhar para pequenas propriedades", afirmou.